



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVI - N.º 108

TÉRÇA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1971

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 120.ª SESSÃO EM 6 DE SETEMBRO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. RUY
CARNEIRO

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Sarney — Petrônio Portella — Waldemar Alcântara — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Ruy Santos — Carlos Lindenbergs — Paulo Tôrres — Ermival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Ney Braga — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)
— A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
DA COMISSÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Nos seguintes termos:

Of. n.º 56/71-CDF

Brasília, 6 de setembro de 1971.

Senhor Presidente:

Remeto a Vossa Excelência, para as devidas providências, a distribuição dos Senhores Relatores por Unidade Administrativa e as instruções

a serem observadas durante a tramitação do Projeto de Lei do Senado n.º 79/DF, de 1971, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o ano de 1972.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Adalberto Sena, Presidente em exercício da Comissão do Distrito Federal.

SENADO FEDERAL

Diretoria das Comissões

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 79/DF, DE 1971

Proposta Orçamentária do Distrito Federal para 1972

Distribuição dos Senhores Relatores por Unidade Administrativa do GDF

Senador Saldanha Derzi:

Secretaria de Agricultura e Produção

Secretaria de Finanças

Receita e Texto da Lei

Senador Fernando Corrêa:

Secretaria de Serviços Sociais

Secretaria de Saúde

Secretaria de Serviços Públicos

Senador Adalberto Sena:

Secretaria de Educação e Cultura

Secretaria de Administração

Secretaria do Governo

Senador Osires Teixeira:

Secretaria de Viação e Obras

Secretaria de Segurança Pública

Polícia Militar do Distrito Federal

Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Senador Antônio Fernandes:

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Departamento de Turismo

Procuradoria-Geral
Gabinete do Governador

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL PARA 1972

O Presidente da Comissão do Distrito Federal, no cumprimento das prescrições inseridas no art. 17, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil e em atendimento às disposições regimentais,

Resolve baixar as seguintes instruções a serem observadas durante os processos de discussão e votação da Proposta Orçamentária do Distrito Federal, para o exercício de 1972:

1. Os Srs. Senadores poderão apresentar emendas de subvenção para entidades educacionais e assistenciais do DF, obedecidos os seguintes critérios:

a) Secretaria de Educação e Cultura — quota por Senador — Cr\$ 4.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.000,00 por entidade;

b) Secretaria de Serviços Sociais — quota por Senador — Cr\$ 3.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.000,00 por entidade;

2. As emendas serão recebidas pelo Setor de Orçamento da Diretoria da Assessoria Legislativa (10.º andar do Anexo) e na Secretaria da Comissão do Distrito Federal (11.º andar do Anexo), impreterivelmente, até o dia 28 de setembro inclusive, em regime de horário integral;

3. As emendas deverão ser datilografadas em 5 (cinco) vias; em formulário próprio;

4. Não serão recebidas emendas que não contenham a assinatura do Senador, nas 5 (cinco) vias;

5. No processamento e classificação das emendas, serão observados os critérios fixados na Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, que dispõe

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

ANTONINO OLAVO DE ALMEIDA
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

sobre o pagamento de auxílios e subvenções, e na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

6. Os trabalhos orçamentários obedecerão ao seguinte calendário:

- a) 28 de setembro: término do prazo para a apresentação de emendas;
- b) até 18 de outubro: apreciação, pela Comissão, dos pareceres sobre o projeto e emendas;
- c) até 8 de novembro: encaminhamento do projeto, com as emendas, para apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— O expediente lido vai à publicação. Tem a palavra o Sr. Senador Ruy Santos, como Líder da Maioria.

O SR. RUY SANTOS (Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome da Liderança da ARENA, comunico que, ontem, faleceu, no Rio de Janeiro, uma das maiores e melhores figuras das letras jurídicas nacionais — Levi Carneiro.

Em 1930, Sr. Presidente, após a Revolução, com a criação do Clube "3 de Outubro" e a organização da Equipe dos Tenentistas — sabe V. Ex.ª, que foi um deles, Sr. Presidente — esse Tenentismo era integrado por militares e civis, e, entre os civis, uma das figuras mais brilhantes era, indiscutivelmente, Levi Carneiro.

Levi Carneiro foi Deputado à Constituinte de 34, onde desempenhou grande papel na elaboração daquela Carta. Posteriormente, entre 1950 e 1954, funcionou na Corte International de Haia, como juiz indicado pelo Brasil, e, em 1966, quando o Presidente Castello Branco constituiu uma

Comissão de alto nível para elaborar o projeto de Carta Constitucional, votada em 67, Levi Carneiro foi o seu presidente. Era, além disto, membro da Academia Brasileira de Letras.

Levi Carneiro morre aos 89 anos de idade, deixando vários filhos, entre os quais, Cesário Levi Carneiro, Silvio Levi Carneiro, Cláudio Levi Carneiro e senhoras Letícia de Melo Leitão, Belkiss Coimbra Bueno, Clélia Rosa de Carvalho, esposa do ex-Deputado Cid Carvalho, e Zilá Levi Carneiro.

Ao fazer esta comunicação, quero deixar, nos Anais, a expressão do pesar do Senado pelo desaparecimento dessa grande figura.

O Sr. Adalberto Sena — Permite-me, V. Ex.ª, um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. Adalberto Sena — Senador Ruy Santos, embora a surpresa com que recebemos essa dolorosa notícia, a que V. Ex.ª se refere, e como a nós do MDB não tivesse sido possível dar maior realce ao nosso sentimento por tão infiusto acontecimento, quero, servindo-me da oração de V. Ex.ª, associar todo o nosso pesar pela grande perda que as letras jurídicas do Brasil acabam de sofrer. O nome de Levi Carneiro, pela sua projeção intelectual, dispensa mesmo uma recordação em detalhe do quanto ele concorreu para o enriquecimento do nosso saber na área jurídica e também quanto nos deu em esforço e patriotismo, na solução de muitos dos nossos problemas. Entre esses quero registrar um que é, talvez, o mais antigo na minha memória, da atuação deste grande brasileiro. Lembro-me de que foi ele um dos membros do primeiro grupo que trabalhou na elaboração das normas que viriam, depois, a ser incorporadas à Constituição de 34. Lembrô-me, ainda, de tê-lo visto no Itamarati, ao lado de Osvaldo Aranha, Themístocles Cavalcanti e muitos outros en-

tão escolhidos pelo Governo revolucionário para discutir, num ambiente agitado, em que as idéias ainda não se haviam firmado muito bem, todo aquêle acervo de artigos e parágrafos que iriam servir de base para os estudos que a futura Constituinte, convocada por esse mesmo governo, haveria de transformar naquele belo código de democracia, que foi a referida Constituição de 1934. Muito obrigado a V. Ex.ª pela concessão do aparte.

O SR. RUY SANTOS — V. Ex.ª tem razão. Levi Carneiro deu sua colaboração nesta Comissão que era presidida, se não me falha a memória, por Afrânio de Mello Franco, tendo-se até dado a designação de "Afrânio de Mello Franco" ao anteprojeto enviado à Constituinte de 1934 e que acabou se transformando na Carta de 1934. Levi Carneiro era um grande trabalhador intelectual e, até poucos meses, tive a oportunidade de, ao me encontrar com ele, porque privava da sua amizade e da sua estima, ver que, mesmo com quase noventa anos de idade, continuava o homem do escritório de advocacia, dando pareceres admiráveis sobre todos os assuntos.

Era, ao lado de Raul Fernandes, de Gilberto Amado e de Haroldo Valadão, um dos grandes internacionalistas com que nós contávamos.

Ao deixar aqui, Sr. Presidente, este registro pesaroso, estou certo de que a Nação brasileira vai lamentar, como estamos lamentando, o desaparecimento de Levi Carneiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Ney Braga.

O SR. NEY BRAGA (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, no momento em que o Brasil procura dinamizar suas relações com os demais países do Continente, algumas idéias e conceitos já enunciados pelo Presidente Médici e

por figuras expressivas do Ministério das Relações Exteriores, deixam claro que um dos itens que nos preocupa na execução da política externa é encontrar a fórmula pela qual os entendimentos sejam feitos principalmente com base no diálogo de Estado para Estado, de governo para governo.

Realmente, esta é a posição que melhor se apresenta para o Brasil, neste momento histórico do desenvolvimento nacional e de suas projeções internacionais. Sómente à ênfase de relações diretas entre Estados é que temos possibilidade de resolver problemas setoriais sem risco de prejudicar a política externa com um todo.

É uma posição realista e prudente, que se propõe a separar o transitório do permanente, o essencial do acessório, para que nos fixemos em assuntos realmente importantes sem deixar que temas secundários ou de âmbito restrito nos façam perder a noção de conjunto no nosso diálogo com outro país.

Aliás, Sr. Presidente, foi essa política que o Chanceler Gibson Barboza levou recentemente à América Central, apresentando aos governos locais os instrumentos que o Brasil coloca à disposição de cada um para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região, criando-se, com eles, os laços permanentes de entendimento entre os brasileiros e os países da área.

Esta, Senhores Senadores, a orientação que foi seguida pela delegação brasileira que visitou, em agosto, a Bolívia e o Peru, discutindo com os governos locais as bases para a ativação das relações econômico-comerciais com o Brasil.

Senhor Presidente, a idéia de relações de Estado para Estado vem sendo desenvolvida, entre os diplomatas brasileiros, pelo Embaixador do Brasil em Washington, Sr. João Augusto de Araújo Castro, norteando nosso diálogo com os Estados Unidos.

Estamos de acordo. O entendimento direto com o governo americano vai encaminhar, no futuro, a solução de problemas setoriais semelhantes a alguns que, hoje, perturbam nosso relacionamento global com a grande Nação do Norte.

Refiro-me, Senhor Presidente, às questões que são fomentadas por algumas áreas econômicas daquele país, e, desde logo, poderíamos apontar alguns exemplos:

- a ação das empresas têxteis que impuseram cotas para os tecidos brasileiros, limitando sua entrada no mercado norte-americano;
- b) nestes últimos meses, a atuação de grupos pesqueiros do sul dos Estados Unidos que não hesitaram em envolver as relações en-

tre os norte-americanos e os brasileiros e todos os demais países produtores de café, ao impedir que o Congresso daquele país votasse, em tempo hábil, o Acordo Internacional do Café, como forma de retaliação aos novos limites de 200 milhas do mar territorial do Brasil.

Neste ponto, Senhor Presidente e Senhores Senadores, gostaríamos de dizer, no entanto, que o perigo do desaparecimento do Acordo do Café alertou definitivamente os empresários americanos que operam nesse setor, e o que se viu em Londres, na reunião da Organização Internacional do Café, que se encerrou no início da semana, na capital britânica, foi o apoio da delegação dos Estados Unidos às teses brasileiras inclusive as que fixaram a cota global do acordo em 47 milhões de sacas.

Ao mesmo tempo, os empresários deixaram bem claro a todos os países participantes da reunião, que vão se empenhar ao máximo para mudar a orientação do Congresso norte-americano, de modo que o Acordo International seja ratificado tão logo se reabram os trabalhos parlamentares, no próximo dia 8 de setembro, em Washington.

Senhor Presidente, todos esses problemas poderiam, contudo, ter sido melhor encaminhados se a ênfase das nossas relações com os Estados Unidos fosse dada às relações entre os dois governos.

O próprio Embaixador Araújo Castro afirma a clara posição brasileira sobre esse assunto. Eis o que declarou aos estagiários do Curso Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra do Brasil, que estiveram há algum tempo na capital americana:

"O fenômeno do neoprotecionismo americano dificulta a entrada de alguns produtos manufaturados e semimanufaturados do Brasil. Haja vista o que se passa com os nossos tecidos, com os nossos calçados, com o nosso café solúvel. Como Estado Nacional, este país seria o último a ter algo a lucrar com o protecionismo de caráter nacionalista, já que a livre operação das regras do comércio internacional só poderia beneficiar os países mais fortes e econômicamente mais poderosos. Acontece, entretanto, que a pressão de grupos econômicos setoriais ameaçados em seus interesses imediatistas, propicia a adoção de medidas que, em última análise, não podem ser benéficas aos Estados Unidos em termos nacionais."

Deixo claro, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que não somos contra os contatos permanentes com os grupos privados e setoriais. Mas

afirmamos que elas devem se submeter a um esquema mais amplo e de longo prazo, o que se pode ser feito através de negociações de Estado a Estado, momentaneamente agora em que a chamada "defesa do dólar" deixa muito de perplexidade às áreas financeiras do mundo.

O Embaixador Araújo Castro, referindo-se às relações brasileiro-norte-americanas diz, sobre esse item:

"Os Estados Unidos necessitam convencer-se de que, doravante, nenhuma diplomacia será total se não contiver em seu bôjo relações intensas, ativas, permanentes e cordiais com um país com as realidades e potencialidades do Brasil, que tem de negociar com o Estado americano e não com os "lobbies" e grupos setoriais que nêle diariamente se agitam."

Senhor Presidente, o Brasil procura o seu próprio caminho nas relações com os outros povos. Estamos crescendo; nós nos desenvolvemos de forma impressionante; que éstes caminhos, Senhores Senadores, sejam aqueles que nos levem a estreitar cada vez mais os laços com os nossos amigos.

Senhores, sómente através de uma maior ênfase nas relações de governo para governo é que melhor iremos realizar essa caminhada. Queremos o nosso desenvolvimento; queremos o desenvolvimento dos países com que estreitamos as relações. Tudo isso, respeitando-se aqueles mesmos princípios que lutamos para preservar: o da autodeterminação dos povos.

Recordo-me da frase de um líder da República irmã norte-americana: é importante que os poderosos se lembram de que o muro que separa os pobres dos ricos é um muro de vidro, tudo o que se passa do lado dos ricos os pobres estão enxergando.

Acreditamos que, fundamentado naquela doutrina que tantos líderes americanos têm pregado, hoje o mundo acorde e entendam os poderosos que a nossa geração, como já ouvi alguém dizer, não quer passar à História como a geração sómente da conquista da lua, não quer passar à História sómente como a geração das grandes hecatombes, mas sim como aquela em que os homens e as nações mais poderosas estendam as mãos aos que mais necessitam e lutam juntos para construção de um mundo melhor, mais feliz.

É o que hoje, na véspera do dia da Independência do Brasil, queremos ressaltar rememorando todos aqueles que lutaram para que nosso País pudesse hoje ter posição internacional tão afirmativa, aquelas como Tiradentes, e cujos feitos maiores gostaria de trazer aqui — e não me foi possível — num retrospecto das Revoluções Brasileiras, desde Gonzaga Du-

que, quando ele descreve a marcha de Tiradentes para o cadafalso.

Queremos no dia de hoje, que antecede os grandes festejos na Nação brasileira, trazer a afirmação de que este País sabe que é grande pelo seu passado, é grande pelas realizações do presente, mas quer se afirmar — como disse muito bem, outro dia, o Sr. Ministro do Exército — como um País humano, muito humano, e que forma suas instituições pensando que só grandeza material não nos vale, o que nós queremos é a grandeza do homem como um todo, onde seja respeitado pela sua dignidade.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Lenoir Vargas.

O SR. LENOIR VARGAS (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, desejo, hoje, de minha tribuna, nesta Casa do Congresso, registrar o meu pesar pelo falecimento de um brasileiro que, na sua longa existência de luta continuada, foi participante e interveniente em fatos políticos que marcaram rumos na vida pública da Nação.

Refiro-me ao passamento, dia 16 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro, do Tabellão Hugo Ramos. Encontrava-me ausente da Guanabara quando o desenlace se verificou. Estivera dias antes visitando-o na casa de saúde. O velho amigo já estava desenganado, não pudemos despedir-nos. Hoje presto-lhe minha homenagem, marcando nos Anais do Senado algumas linhas sobre sua vida trepidante.

O Sr. Ruy Santos — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. LENOIR VARGAS — Pois não.

O SR. RUY SANTOS — V. Ex.^a neste instante faz um registro não só em nome da bancada de Santa Catarina, como em nome de todos a Representação da ARENA nesta Casa. Ainda há poucos dias, falando com o Senador Celso Ramos, disse-lhe que tinha comigo a impressão de que dos Ramos com que privei, foi Hugo Ramos o de maior sensibilidade política. Era um homem que tinha uma capacidade enorme de arregimentação, uma capacidade admirável de conversar e de se articular, de modo que o seu desaparecimento traz um vazio enorme na vida pública nacional.

O SR. LENOIR VARGAS — Agradeço ao meu nobre Líder esta deferéncia, de que as palavras que aqui venho dizer, embora marcadas pelo cunho da amizade pessoal que dedicava a esse velho lideador da vida pública brasileira, sejam também a expressão da Liderança do nosso Partido no Senado da República,

(Retomando a leitura.)

Catarinense de nascimento, filho de Vidal Ramos, político dos mais eminentes da terra barriga-verde, que foi duas vezes governador, deputado federal e integrante desta Casa como senador, o tabelião Hugo Ramos não desgarrou da vocação de sua família, permanecendo político a vida toda, e a vida toda inconformado. Caminhava sempre à frente de seu tempo.

Durante o curso de Humanidades que fizera em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, estreitara profundos laços de amizade com Lindolfo Color e João Neves da Fontoura, assim como com aqueles que integraram esta geração de destacados políticos gaúchos.

Em 1910, é eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Federal, em Santa Catarina, onde é escolhido líder de sua bancada. Renuncia muito cedo ao mandato por discordar da orientação partidária. Indo para São Paulo, matriculou-se na Faculdade de Direito e trabalhou na Companhia Paulista de Armazéns Gerais. Regressa a Santa Catarina para ocupar o cargo de Guarda-Mor da Alfândega de Florianópolis.

No governo Washington Luís foi também Guarda-Mor da Alfândega do Rio de Janeiro.

Participou da campanha civilista com Nilo Peçanha e Maurício Lacerda. Juntamente com Lindolfo Color e outros líderes da época, empenhou-se na sua grande empreitada política que foi a Revolução de 1930.

Dirigiu com coragem e altivez o jornal A Pátria, porta-voz da Aliança Liberal. Era o terreno onde se seria melhor. Na luta pela renovação do País, ou pelo menos, daquilo que ele considerava renovação.

Revolucionário vitorioso em 1930, já em 1932 discordava tenazmente dos que agiam com morosidade para a reconstitucionalização da Nação.

Alia-se aos novos revolucionários de 1932, integrando as fileiras do movimento constitucionalista de São Paulo. Como o cavaleiro de Rostand, nesta arremetida pelas suas convicções, perde a função pública que exercia, um cartório dos mais movimentados no Rio de Janeiro. Mais tarde, renovadas as posições do tabuleiro político do País, é novamente nomeado por Getúlio Vargas para o tabelionato que exerceu até se aposentar. Em 1934 liga-se à candidatura Armando Salles de Oliveira e, como de seu feitio, bate-se por ela com paixão inabalável.

Aposentado, continuou sempre revolucionário. Sonhava coisas próprias para seu País, com certo saudosismo das lutas da mocidade. Um romântico fiel às suas idéias e a seus amigos. Não parava em meio termo.

Nos amigos via e exaltava as virtudes. Com os inimigos era gereroso

com certa mordacidade. Pelas salas de seu cartório passaram para conversar e ouvi-lo, políticos os mais eminentes do País. Pela sua ação aconteceram fatos marcantes da vida nacional. Sempre animou-lhe o entusiasmo de estar servindo sua terra.

Registrhou um matutino carioca ao biografá-lo que os grandes momentos de sua vida política foram "a Revolução de 30 e a campanha para a candidatura de Armando Salles de Oliveira".

Hugo Ramos era irmão do nosso colega de Congresso, o Senador Celso Ramos, irmão do saudoso Presidente Nereu Ramos, do Deputado Joaquim Ramos, do ex-diretor da Siderúrgica Nacional Mauro Ramos e do Delegado fiscal do Governo da Guanabara Dr. Nilo Ramos.

Entre seus filhos deixou o causídico e ex-deputado Hugo Ramos Filho e o tabelião Armando Ramos. Ambos participantes da vida política e social do Rio de Janeiro, cidade que foi o palco maior da atuação do político e do tabelião Hugo Ramos.

Um periódico da Guanabara fez o seguinte registro da missa de sétimo dia rezada pela alma de Hugo Ramos: "Foi terça-feira a Missa de Sétimo Dia pela alma de Hugo Ramos. Há muitos anos não vejo uma missa tão concorrida, tantas personalidades reunidas para lembrar e reverenciar um homem que voluntariamente se afastara da vida pública há mais de 10 anos. Duro, áspero, agressivo mesmo, Hugo Ramos era muito ouro conhecido, embora tivesse feito um círculo enorme de amigos, que foram todos aquêles que o conheceram na intimidade e puderam contemplar um homem inteiramente diferente, quase um outro Hugo Ramos." E mais adiante "Hugo Ramos era homem de convicções e na defesa delas se entregava inteiro, sem perguntar se o combate seria duro ou não, sem se interessar em saber o que isto lhe custaria como tantas vezes aconteceu".

Desapareceu Hugo Ramos aos 81 anos de idade, depois de uma vida magnificamente liberal. Fêz sempre o que lhe pareceu o mais certo. E o fez com ardor, altanaria e bravura. A "sua verdade" ele defendeu com absoluta lealdade. Deve ter-se enganado muitas vezes a respeito de outros. Com ele nunca ninguém se enganou. Foi sempre direto, leal e apaixonado. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Waldemar Alcântara.

O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, é do conhecimento de V. Ex.^{as}, particularmente dos Senhores Senadores representantes dos Estados nordestinos,

que a Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE), instituída pela Portaria n.º 1/71, de 11-5-71, do Sr. Presidente da Aliança Renovadora Nacional, Deputado Baptista Ramos, com o objetivo de contribuir para o êxito do processo de desenvolvimento nacional e especialmente para a solução dos problemas do Nordeste brasileiro, afora outros, deu por fundo o seu trabalho com reunião solene realizada na última sexta-feira, dia 3 do corrente, no auditório do Senado Federal.

2. Na referida reunião à qual estiveram presentes os seus membros componentes e bem assim o Deputado Baptista Ramos, o Senador Petrônio Portella e o Deputado Pereira Lopes, respectivamente presidentes da ARENA, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, foi pelo Senador Virgílio Távora apresentado o Relatório-Geral dos Trabalhos, documento anteriormente discutido e aprovado no âmbito da Comissão, e, em seguida, entregue pelo seu Presidente, Senador Dinarte Mariz, ao Presidente da ARENA, Deputado Baptista Ramos.

3. Na qualidade de seu Coordenador-Geral, sentimo-nos no dever de oficialmente fazer este registro para que o acontecimento fique constando dos Anais do Senado Federal, pois acreditamos que o trabalho realizado se constituiu num valioso repositório de informações e estudos sobre a Região, úteis a todos os Senhores Parlamentares, aos órgãos oficiais, executivos ou de planejamento, e bem assim a todos os interessados no conhecimento real da sofrida região nordestina.

4. Tranquilliza-nos a convicção de termos cumprido a missão que nos foi cometida, sem contudo alimentar a veleidade de ter esgotado a complexa problemática da Região. De qualquer modo, foi a mesma objeto de acurados estudos, tanto em relação aos setores econômicos (agrícola, industrial e de serviços), quanto ao que tange aos aspectos sociais (educação, saúde, habitação, nutrição) e da infra-estrutura (energia, transporte, comunicação e saneamento), merecendo especial ênfase o combate às secas e a reforma agrária.

5. Pela gravidade que encerram e pela forma por que se manifestam, os problemas do Nordeste constituem-se e constituir-se-ão, por muito tempo ainda, em preocupação permanente, não só de seus filhos como de todos os governantes. O seu exato equacionamento e a adoção de providências visando a um desenvolvimento harmônico e integrado no contexto da Federação é um imperativo nacional.

6. Haja vista os reiterados pronunciamentos do Presidente Emílio Garrastazu Médici, através dos quais revela a sua preocupação, a sua angústia, em oferecer ao Nordeste os instrumentos de que carece para sair do

atraso crônico e conseguir diminuir as disparidades que ali se identificam em relação ao Centro-Sul do País.

7. Temos a impressão de que os ingentes esforços despendidos e a dedicação com que nos lancamos à tarefa de gizar um quadro atual das condições socio-económicas do Nordeste e, ao mesmo tempo, buscar soluções para obviar os seus maiores de hoje a prevenir os do futuro não cairão no vazio, mas, ao contrário, poderão influenciar as autoridades competentes no estabelecimento de medidas outras que carecem de ser adotadas ou na intensificação das providências em andamento, visando urgentemente a modificações significativas no status socio-económico da Região.

8. O documento de que nos ocupamos não é fruto da imaginação pessoal de poucos, como se insinua, mas é antes de tudo uma síntese do pensamento de vários estudiosos, nordestólogos, inclusive de Ministros de Estado, de Governos Estaduais, de técnicos de instituições regionais e nacionais e do setor privado, cujas idéias foram examinadas, debatidas e selecionadas, objetivando a formulação de políticas adequadas à recuperação da Região e à sua integração no contexto nacional, tal como consta do relatório e anexos que o informam.

9. Srs. Senadores, a freqüência com que os temas do Nordeste afloram à tribuna das duas Casas do Congresso revela o interesse de todos nós por um problema que efetivamente transcende das fronteiras regionais para ser um problema nacional.

10. Assim entendendo, Sr. Presidente, e tendo em consideração a crítica com que foi recebido o relatório em tela, pela imprensa como pelas autoridades entendidas, é que, para sua maior divulgação e amplo conhecimento, tomamos a iniciativa de enviá-lo à Mesa, com o apelo para que seja publicado no *Diário do Congresso*.

11. A nossa solicitação não tem outro objetivo se não o de por o documento ao alcance de todos, pois, embora elaborado por uma comissão da ARENA, fugiu das conotações sectárias para se situar como uma contribuição nitidamente parlamentar, sem distinção de siglas partidárias, nem com o propósito de subestimar as comissões técnicas do Congresso. Se essa fosse a sua inspiração, decreto ninguém mais do que nós estaria molestado pela nossa condição de Presidente da Comissão de Assuntos Regionais.

12. A sua divulgação, sobre ensejar comentários críticos destinados a suprir-lhe as inevitáveis omissões ou sanar-lhe as falhas ou distorções porventura existentes, torna-se agora imprescindível e urgente, precisamente quando já se elabora a regulamentação do PROTERRA e apresta-se o Congresso Nacional para examinar e

discutir a Lei Orçamentária e o Plano de Desenvolvimento do Nordeste.

13. A Aliança Renovadora Nacional concorre assim, com os estudos realizados na COCENE, com alguns subsídios que facilitarão o trabalho dos Srs. Parlamentares ao mesmo tempo que oferece ao Governo uma visão integrada dos problemas que afetam e marcam a região do Nordeste, sugerindo-lhe uma nova estratégia para o seu desenvolvimento.

Eis, Sr. Presidente, o apelo que, em nome da Comissão do Nordeste, dirijo a V. Ex.^a e aos seus ilustres Pares que compõem a Mesa. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — A Mesa acolhe com todo o apreço o apelo do Senador Waldemar Alcântara, sobretudo porque se trata de matéria da maior importância, não sómiente para a região do Nordeste, como para todo o Brasil.

A matéria vai ser examinada com todo o cuidado e simpatia por parte da Mesa.

O Sr. Waldemar Alcântara — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Senador Guido Mondin, representante do Rio Grande do Sul.

O SR. GUIDO MONDIN (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, amanhã, 7 de setembro, data comemorativa da nossa independência, desfilarão pelas avenidas das nossas Capitais, e de outras cidades do interior mesmo, os soldados do Brasil.

Nosso prezadíssimo colega, Senador Ney Braga, há pouco, já fez referência à comemoração de amanhã. Mas eu gostaria de dizer, em algumas palavras, o que foi aqui em Brasília o desfile que representou como que uma abertura do desfile de amanhã. Foram outros os soldados que desfilaram; foram os estudantes de Brasília.

Quando estudante, quanta vez, mesmo, como presidente de diretório, participei da organização de desfiles, particularmente ao tempo do Estado Nôvo, os quais, em minha Capital, marcaram época pelo que souberam apresentar e, sobretudo, pelo que conseguiram despertar na juventude e nos homens de todas as idades.

Sábado, entretanto, em Brasília, algo de novo serviu de prazer e de gozo para os nossos olhos e para a nossa alma. Dez mil moços e moças desfilaram pelo Eixo Central, em maravilhosa formação, e impecável organização. Não saberia, aqui, distinguir os que melhor se apresentaram, pelo treinamento, pela disciplina e, num particular interessante, pelas alegorias que apresentaram, enriquecendo o desfile numa demonstração

de imaginação que só o sentimento pela Pátria sabe despertar, sabe criar.

Desfilaram dez mil estudantes, numa cidade em que nada menos de cento e quarenta mil brasileiros estudam, nos três ciclos. Pois bem, ao ver apenas dez mil deles desfilarem, nobres Colegas, tive medo, porque lembrei-me das responsabilidades que temos para com esta juventude que, amanhã, estará a pedir trabalho. Mas não era hora de pensar nas responsabilidades, quando cabia entregar-nos ao prazer pleno do espetáculo que tínhamos diante de nós, num desfile que durou nada menos de quatro horas!

Sr. Presidente e nobres Colegas, algo de inesperado, porém, nos foi dado ver. É que dois espetáculos tínhamos diante de nós ao mesmo tempo: de um lado, a juventude radiosa. Como é bonita a visão da juventude! Como responde esperança, luz e beleza! Mas, ao lado dessa juventude, outro espetáculo nos foi apresentado. Não sei se aconteceu no Brasil todo ou se a idéia é exclusiva de Brasília: junto àquela mocidade desfilaram os que já não são moços, e talvez nunca o tenham sido. Alguém teve a idéia de fazer desfilar, na parada da juventude de sábado, em Brasília, o MOBRAL.

Quero dizer, enfaticamente, foi um espetáculo inesperado. Quando vi aquela coluna que avançava devagar, disciplinada, vinda de distâncias, senti aquela simbiose do trágico e do sublime que, por vezes, temos diante de nós. Não sei quantos eram. Eram muitos. Sei apenas que vi aleijados arrastando-se de muletas, mulheres grávidas, brancos e pretos, alguns ainda moços mas tantos velhos! Então, a imaginação levou-me precisamente àquela comparação de que estes não tiveram nunca a oportunidade de, freqüentando uma escola na idade certa, participar de um desfile naquele instante em que o mês leva consigo sonhos, esperanças, todas as ilusões da vida. Talvez eles nunca tivessem sonhado sequer, no seu desespero, que algum dia teriam a oportunidade de participar de um desfile. Assim, eles também eram, embora por momentos, estudantes.

Pensava eu: em que se formarão eles? De certo não esperaria nenhum deles o grau de doutor. Sua aspiração toda estava em sair de um estágio doloroso, aquêle que os identifica, apenas, com uma impressão digital, para alcançar outro estágio, o de se identificarem, sim, pelo próprio autógrafo que os qualifica, porque a impressão digital é a própria desclassificação.

Srs. Senadores, este espetáculo eu não esquecerei nunca. Gostaria de saber descrever o que observei.

Era tarde já quando elas alcançaram o palanque onde nós estávamos. O impressionante era ver como estavam todos integrados naquela demonstração. E como era maravilhoso ver o Pavilhão Nacional com elas, drapejando ao vento macio da tarde que se esgotava!

A Bandeira Nacional era o grito de um povo, grito de um povo que não tem medo de demonstrar o que é, porque, precisamente, está dizendo ao mundo que elas saíram dessa situação para alcançar, no concerto das nações, aquela posição a que têm direito pelo trabalho e pelo idealismo dos brasileiros.

Todos nós não ignoramos a ação em que se atira o Governo da República. Através de uma série de conferências a que temos assistido, aqui, na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, vamos tomando conhecimento, em detalhes do que está realizando o Governo brasileiro em todos os setores; é impressionante e empolgante. Mas no sábado à tarde, comparando o que via, sentia que a Transamazônica e o que está fazendo o Governo em matéria de energia elétrica, de recomposição de portos, comunicação, tudo desaparecia, ou pelo menos se tornava pequeno, diante da obra maior de recuperação, de trinta milhões de brasileiros pela alfabetização. A que espetáculo extraordinário Brasília assistiu no sábado à tarde!

Quero dizer, Sr. Presidente e nobres Colegas, que elas, os que marcharam na sua miséria, mas na sua esperança, não tiveram a possibilidade — porque a vida não os ofereceu — não tiveram a possibilidade de marchar na hora certa, aquela hora venturosa, feita de esperança e de sonho, como ocorre com os moços que têm a possibilidade de estudar na idade certa.

Quero dizer ainda que talvez elas nunca tiveram, sequer, a esperança de, um dia, realizar aquela marcha. Quem sabe, na sua estranha felicidade de sábado à tarde, terão elas pensado — eu pergunto — naquela hora, naquele instante em que desfilavam pelo Eixo Central em Brasília, terão pensado elas que, com sua tragédia e com aquela sublimidade, marchava, também, a própria Pátria nêles representada no que havia de mais autêntico, porque era o Brasil na sua angústia, na sua negação ressurgindo, rompendo grilhões para uma aurora plena de riqueza e de fecundidade. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Presentes 17 Srs. Senadores.

Não há número para votação.

O primeiro item da pauta depende de votação que, por falta de **quorum**, fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 389, de 1971) do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1971 (n.º 209-B/71, na Casa de origem), que “autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL —, o domínio de direito de terrenos do Estado da Guanabara.”

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos, para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à sanção.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1971 (número 209-B/71, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL —, o domínio de direito de terrenos do Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a desapropriar, por utilidade pública, com fundamento na letra h do art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o domínio direto dos terrenos, de propriedade do Estado da Guanabara, correspondentes aos prédios n.ºs 123 e 125 da Rua Senador Pompeu, na cidade do Rio de Janeiro, naquele Estado, perfazendo uma área de 513,45 m².

Art. 2.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 390, de 1971), do Projeto de Resolução n.º 42, de 1971, que “suspeita a execução de disposições da Constituição do Estado de Mato Grosso, declaradas constitucionais por decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal”.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejá-lo fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos, para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do artº 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução n.º 42, de 1971.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu,

....., Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º , DE 1971

Suspender, por inconstitucionalidade, a execução da expressão contida no parágrafo único do art. 61 e a do inciso XII do art. 121, da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, do Estado de Mato Grosso.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 28 de abril de 1971, nos autos da Representação n.º 855, do Estado de Mato Grosso, a execução da expressão "... alternadamente..." contida no parágrafo único do art. 61 e a do inciso XII do art. 121, da Emenda Constitucional n.º 1,

promulgada em 21 de dezembro de 1969, daquele Estado.

Art. 2.º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)
— Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Amanhã, 7 de setembro, sendo feriado nacional, o Senado não realizará Sessão.

Lembro aos Srs. Senadores que o tempo destinado aos oradores do Expediente da Sessão de 8 de setembro será dedicado à comemoração do Dia da Independência e designo para a Ordem do Dia da próxima Sessão.

"TRABALHOS DAS COMISSÕES"

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)
— Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 30 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 22.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 1.º DE SETEMBRO DE 1971

As 10 horas do dia 1.º de setembro de 1971, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. João Cleofas, presentes os Srs. Alexandre Costa, Ruy Santos, Celso Ramos, Saldanha Derzi, Flávio Brito, Mattos Leão, Carvalho Pinto, Geraldo Mesquita e Milton Trindade, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Virgílio Távora, Wilson Gonçalves, Tarso Dutra, Lourival Baptista, Fausto Castello Branco, Jessé Freire, Danton Jobim, Amaral Peixoto e Franco Montoro.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

São lidos e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Sr. Alexandre Costa:

— favorável, com emenda supressiva ao item VI do Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1971, que altera textos da Lei n.º 4.319, de 16 de março de 1964, e dá outras providências.

Pelo Sr. Flávio Brito:

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 37/71 que modifica legislação anterior sobre o uso da marca a fogo no gado bovino, e dá outras providências, bem como à emenda apresentada pela Comissão de Agricultura.

Pelo Sr. Saldanha Derzi:

— contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1969, que dispõe sobre as exigências referentes à prevenção e combate contra incêndios, nos edifícios do Distrito Federal, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO MISTA

Para exame do Projeto de Lei n.º 16, de 1971 (CN), que "dispõe sobre a gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva".

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1971

Aos três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Benedito Ferreira, José Sarney, Flávio Brito, Waldemar Alcântara, Virgílio Távora, Dinarte Mariz, Paulo Tóres, Orlando Zancaner e Antônio Fernandes e os Srs. Deputados Ildélio Martins, Oceano Carlejal, Antônio Florêncio, Eurico Ribeiro, Jorge Vargas, Pinheiro Machado, Francisco Amaral e Brigido Tinoco, realiza a sua primeira reunião, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer ao Projeto de Lei n.º 16, de 1971 (CN), que "dispõe sobre a gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Emíval Caiado e Benjamin Farah e os Srs. Deputados Wilmar Dallanhol, Alberto Costa e Walter Silva.

Em obediência ao que dispõem as normas regimentais, assume a Presidência o Sr. Senador Dinarte Mariz, que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Sr. Deputado Ildélio Martins para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Deputado Brigido Tinoco 16 votos
Deputado Ildélio Martins 1 voto

Para Vice-Presidente

Senador Flávio Brito 16 votos
Senador Waldemar Alcântara 1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Sr. Presidente eventual, Senador Dinarte Mariz, proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão os Srs. Deputado Brígido Tinoco e Senador Flávio Brito e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Sr. Deputado Brígido Tinoco agradece em seu nome e no do Sr. Senador Flávio Brito a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Deputado Eurico Ribeiro para relatar o projeto.

Ao final, o Sr. Presidente convoca os Srs. Congressistas membros da Comissão para uma reunião a realizar-se na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, às 16 horas do dia 22 de setembro, quando o Sr. Deputado Eurico Ribeiro deverá apresentar o seu relatório.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e demais membros e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

AVISO

- 1 — A Comissão receberá Emendas nos dias 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez) e 11 (onze) de setembro de 1971;
- 2 — as Emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 9:00 (nove) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;
- 3 — término do prazo para apresentação de Emendas na Comissão dia 11, às 19:00 horas;
- 4 — as Emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;
- 5 — ao término do prazo de recebimento de Emendas, será aberto o prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) constantes do § 2º do artigo 11 do regimento comum, para recebimento de recursos;
- 6 — durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e
- 7 — a apresentação do parecer do relator perante a comissão dar-se-á no dia 22 (vinte e dois) de setembro, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 3 de setembro de 1971. — Senador Flávio Brito, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão: Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11º andar do Anexo do Senado. Fone: 43-6677 — Ramais 303 e 310. Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Brígido Tinoco

Vice-Presidente: Senador Flávio Brito

Relator: Deputado Eurico Ribeiro

Senadores

Deputados

ARENA

- | | |
|-----------------------|----------------------|
| 1. Benedito Ferreira | 1. Oceano Carlelal |
| 2. José Sarney | 2. Ildeílio Martins |
| 3. Flávio Brito | 3. Wilmar Dallanholt |
| 4. Waldemar Alcântara | 4. Alberto Costa |
| 5. Virgílio Távora | 5. Antônio Florêncio |
| 6. Dinarte Mariz | 6. Eurico Ribeiro |
| 7. Paulo Tôrres | 7. Jorge Vargas |
| 8. Orlando Zancaner | 8. Pinheiro Machado |
| 9. Emival Caiado | |
| 10. Antônio Fernandes | |

MDB

1. Benjamin Farah
1. Walter Silva
2. Francisco Amaral
3. Brígido Tinoco

CALENDÁRIO

Dia 3/9 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 3/9 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11/9 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 22/9 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 23/9 — Apresentação do parecer, pela Comissão; — Publicação do parecer; e — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, a ser marcada tão logo seja publicado o parecer.

PRAZO

Início, dia 3/9; e término, dia 13-10-71.

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga. — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11º andar — Anexo — Senado Federal — Telefone: 43-6677 — Ramais 303 e 310.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 15, de 1971 (CN), que “dá nova redação aos artigos 25 da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 60 e 61 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, e 69 do Decreto-lei n.º 32, de 18 de novembro de 1966, e adota outras providências”.

INSTALAÇÃO

As dezesseis horas do dia três de setembro de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores: Magalhães Pinto, José Lindoso, Celso Ramos, Milton Cabral, Wilson Campos, Osires Teixeira, Luiz Cavalcante, Milton Trindade e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Américo de Souza, Alberto Hoffmann, Rafael Faraco, Faria Lima, Marcondes Gadelha e Eloy Lenzi, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 15, de 1971 (CN).

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Carvalho Pinto, Accioly Filho e os Senhores Deputados Arthur Santos, Djalmá Bessa, Elcio Álvares, Jairo Magalhães e Freitas Diniz.

De acordo com as normas regimentais assume a presidência o Senhor Senador Celso Ramos, que declara instalados os trabalhos anunciando que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinador o Senhor Deputado Américo de Souza.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Magalhães Pinto 14 votos
Deputado Alberto Hoffmann 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Freitas Diniz 13 votos

Senador Adalberto Sena 1 voto

Em branco 1 voto

O Senhor Senador Celso Ramos declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senhor Sena-

dor Magalhães Pinto e o Senhor Deputado Freitas Diniz, passando em seguida a presidência da Comissão ao presidente eleito.

O Senhor Senador Magalhães Pinto assume a presidência, agradecendo a honra com que foi distinguido pelos seus pares e designa para relator o Sr. Deputado Faria Lima.

Prosseguindo, o Senhor Presidente, após consultar o Sr. Relator, fixa para o próximo dia 21, às 16:00 horas, para a Comissão apreciar o parecer do Senhor Deputado Faria Lima.

Nada mais havendo a tratar, são encerrados os trabalhos da Comissão, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes à reunião. — Senador Magalhães Pinto, Presidente — Deputado Faria Lima, Relator — Senador José Lindoso — Senador Celso Ramos — Senador Milton Cabral — Senador Wilson Campos — Senador Luiz Cavalcante — Senador Milton Trindade — Senador Adalberto Sena — Deputado Américo de Souza — Deputado Alberto Hoffmann — Deputado Rafael Faraco — Deputado Marcondes Gadelha — Deputado Eloy Lenzi — Senador Osires Teixeira.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Deputado Freitas Diniz

Relator: Deputado Faria Lima

Senadores	Deputados
ARENA	

- | | |
|---------------------|---------------------|
| 1. José Lindoso | 1. Américo de Souza |
| 2. Magalhães Pinto | 2. Alberto Hoffmann |
| 3. Carvalho Pinto | 3. Arthur Santos |
| 4. Celso Ramos | 4. Djalma Bessa |
| 5. Milton Cabral | 5. Élcio Alvarés |
| 6. Wilson Campos | 6. Faria Lima |
| 7. Accioly Filho | 7. Jairo Magalhães |
| 8. Osires Teixeira | 8. Rafael Faraco |
| 9. Luiz Cavalcante | |
| 10. Milton Trindade | |

MDB

- | | |
|--------------|----------------------|
| 1. Adalberto | 1. Marcondes Gadelha |
| | 2. Eloy Lenzi |
| | 3. Freitas Diniz |

CALENDÁRIO

Dia 3-9 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 3-9 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11/9 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 21-9 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 23-9 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 24-9 — Publicação do parecer;

— Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, a ser convocada tão logo seja publicado o Parecer.

PRAZO

Inicio, dia 4-9; e término, dia 13-10.

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa. — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas. — 11º andar — Anexo — Senado Federal. — Telefone: 43-6677 — Ramais: 303 e 306.

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador João Cleofas

Vice-Presidente: Deputado Aderbal Jurema

TITULARES

Senadores	Deputados
1. João Cleofas	1. Nossa de Almeida
2. Carvalho Pinto	2. Leopoldo Peres
3. Virgílio Távora	3. Pedro Carneiro
4. Wilson Gonçalves	4. Américo de Souza
5. Mattos Leão	5. Dyrno Pires
6. Tarso Dutra	6. Furtado Leite
7. Saldanha Derzi	7. Manoel Novaes
8. Alexandre Costa	8. Aderbal Jurema
9. Ruy Santos	9. Gonzaga Vasconcelos
10. Antônio Carlos	10. Manoel Rodrigues
11. Benedito Ferreira	11. Vingt Rosado
12. Helvídio Nunes	12. Álvaro Gaudêncio
13. Flávio Brito	13. José Sampaio
14. Amaral Peixoto	14. Eraldo Lemos
15. Benjamin Farah	15. Ivo Braga
16.	16. Oswaldo Zanello
17.	17. Alair Ferreira
18.	18. Márcio Paes
19.	19. Osnelli Martinelli
20.	20. Bento Gonçalves
21.	21. Bias Fortes
22.	22. Manoel Almeida
23.	23. Baptista Ramos
24.	24. Monteiro de Barros
25.	25. Salles Filho
26.	26. Ary Valadão
27.	27. Garcia Neto
28.	28. Maia Neto
29.	29. Arthur Santos
30.	30. Albino Zeni
31.	31. Ary Alcântara
32.	32. Norberto Schmidt
33.	33. Renato Azeredo
34.	34. Henrique Alves
35.	35. Ney Ferreira
36.	36. Vinicius Cansanção
37.	37. Aldo Fagundes
38.	38. Fernando Cunha
39.	39. Ozires Pontes
40.	40. Jairo Brun
41.	41. Marcelo Medeiros
42.	42. Eloy Lenzi
43.	43. Ruy Lino
44.	44. Dirceu Cardoso
45.	45. Padre Nobre

SUPLENTES

Senadores	Deputados
1. Eurico Rezende	1. Pires Saboia
2. Geraldo Mesquita	2. Luiz Garcia
3. Cattete Pinheiro	3. Wilson Falcão
4. Augusto Franco	4. Flexa Ribeiro
5. Adalberto Sena	5. Vargas Oliveira
	6. Adhemar Ghisi
	7. Sinval Guazzelli
	8. Sylvio Botelho
	9. Ossian Araripe
	10. Batista Miranda
	11. Aldo Lupo
	12. Dias Menezes
	13. Argílio Dario
	14. Freitas Diniz
	15. Silvio Barros

RELATORES E RELATORES SUBSTITUTOS

SENADORES

Anexo/Órgão e Parte

1. Receita
2. Senado
3. Presidência
4. Agricultura
5. Comunicações
6. Educação
7. Exército
8. Fazenda
9. Justiça
10. Minas e Energia
11. Planejamento
12. Saúde
13. Trabalho
14. Encargos Financeiros

Relator
Carvalho Pinto
Alexandre Costa
Ruy Santos
Flávio Brito
Amaral Peixoto
Tarsio Dutra
Benjamin Farah
Antônio Carlos K. Reis
Helvídio Nunes
Virgílio Távora
Mattos Leão
Wilson Gonçalves
Carvalho Pinto
Benjamin Farah
Alexandre Costa
Amaral Peixoto
Ruy Santos
Flávio Brito
Tarsio Dutra

R. Substituto
Antônio Carlos
Saldanha Derzi
Helvídio Nunes
Benedito Ferreira
Virgílio Távora
Mattos Leão
Wilson Gonçalves
Carvalho Pinto
Benjamin Farah
Alexandre Costa
Amaral Peixoto
Ruy Santos
Flávio Brito
Tarsio Dutra

DEPUTADOS

1. Câmara
2. Tribunal de Contas
3. Poder Judiciário
4. Aeronáutica
5. Indústria e Comércio
6. Interior (P. Geral)
7. Interior — SUDECO
8. Interior — SUDAM
9. Interior — SUVALE
10. Interior — DNOS
11. Interior — DNOCS
12. Interior — SUDENE
13. Interior — SUDESUL
14. Marinha
15. Relações Exteriores
16. Territórios
17. Transportes (P. Geral) e DNPVN
18. Transportes — DNER/DNEF
19. Encargos Gerais

Ary Alcântara
Dircceu Cardoso
Aldo Fagundes
Américo de Souza
Gonzaga Vasconcelos
Bento Gonçalves
Garcia Neto
Leopoldo Peres
Manoel Novaes
Renato Azeredo
Oziris Pontes
Furtado Leite
Jairo Brum
Osnelli Martinelli
Baptista Ramos
Manoel de Almeida
Dyrno Pires
Maia Neto
Bias Fortes

Manoel Rodrigues
Marcelo Medeiros
Salles Filho
Monteiro de Barros
Oswaldo Zanello
Marcio Paes
Arthur Santos
Pedro Carneiro
Ney Ferreira
Ary Valadão
Vingt Rosado
Henrique Eduardo Alves
Albino Zeni
Nosser Almeida
Norberto Schmidt
José Sampaio
Alair Ferreira
Álvaro Gaudêncio
Padre Nobre

OBSERVAÇÕES

a) os Relatores dos diversos anexos e órgãos do Poder Executivo terão a seu cargo o exame dos Órgãos da Administração Indireta aos mesmos, desde que não expressamente atribuídos a outros Relatores;

b) os avulsos dos Projetos de Orçamentos e os formulários para apresentação de emendas serão distribuídos pelas Assessorias da Comissão, a saber:

No Senado Federal: Na Diretoria de Assessoria Legislativa,

— Anexo I — 10.º andar e Diretoria das Comissões — 11.º andar, aos Senadores;

Na Câmara dos Deputados: Diretoria de Orçamento — Anexo II, aos Deputados.

c) A Coordenação das Subvenções Sociais ficará a cargo do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão Mista;

2. Projeto de Lei n.º 12, de 1971 (CN), que "Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triénio 1972/1974".

— São designados pelo Senador João Cleofas, Presidente da Comissão, os mesmos Relatores do Orçamento Geral da União.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL PARA 1972

O Presidente da Comissão do Distrito Federal, no cumprimento das prescrições insertas no art. 17, § 1.º, da Constituição da República Federativa do Brasil e em atendimento às disposições regimentais,

RESOLVE baixar as seguintes instruções a serem observadas durante os processos de discussão e votação da Proposta Orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 1972:

1. Os Srs. Senadores poderão apresentar emendas de subvenção para entidades educacionais e assistenciais do DF, obedecidos os seguintes critérios:

a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

cota por Senador — Cr\$ 4.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.000,00 por entidade;

b) SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

cota por Senador — Cr\$ 3.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.000,00 por entidade.

2. As emendas serão recebidas pelo Setor de Orçamento da Diretoria da Assessoria Legislativa (10.º andar do Anexo) e na Secretaria da Comissão do Distrito Federal (11.º andar do Anexo) impreterivelmente até o dia 28 de setembro, inclusive, em regime de horário integral.

3. As emendas deverão ser datilografadas em 5 (cinco) vias, em formulário próprio.

4. Não serão recebidas emendas que não contenham a assinatura do Senador nas 5 (cinco) vias.

5. No processamento e classificação das emendas serão observados os critérios fixados na Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções, e na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

6. Os trabalhos orçamentários obedecerão ao seguinte calendário:

- a) 28 de setembro — término do prazo para a apresentação de emendas;
- b) até 18 de outubro — apreciação, pela Comissão, dos pareceres sobre o projeto e emendas;
- c) até 8 de novembro — encaminhamento do projeto, com as emendas, para apreciação do Plenário.

Comissão do Distrito Federal, em 3 de setembro de 1971. — Senador Cattete Pinheiro, Presidente da Comissão do Distrito Federal.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 79/DF, DE 1971

Proposta orçamentária do Distrito Federal para 1972

**DISTRIBUIÇÃO DOS SENHORES RELATORES
POR UNIDADE ADMINISTRATIVA DO GDF**

Senador Saldanha Derzi:

Secretaria de Agricultura e Produção
Secretaria de Finanças
Receita e Texto da Lei

Senador Fernando Corrêa:

Secretaria de Serviços Sociais

Secretaria de Saúde

Secretaria de Serviços Públicos

Senador Adalberto Sena:

Secretaria de Educação e Cultura
Secretaria de Administração
Secretaria do Governo

Senador Osires Teixeira:

Secretaria de Viação e Obras
Secretaria de Segurança Pública
Polícia Militar do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Senador Antônio Fernandes:

Tribunal de Contas do Distrito Federal
Departamento de Turismo
Procuradoria-Geral
Gabinete do Governador

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1971. —
Senador Cattete Pinheiro, Presidente da Comissão do Distrito Federal.

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

a) Classificação, por artigo, do Código Civil	V
b) Legislação Complementar	CLXV

II PARTE

a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil	1
b) Julgamentos	27

III PARTE

a) Índice alfabético remissivo	389
b) Índice numérico por espécie de processo	458

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

M E S A		LIDERANÇA DA MAIORIA
Presidente: Petrônio Portella (ARENA — PI)	4º-Secretário: Duarte Filho (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	1º-Suplente: Renato Franco (ARENA — PA)	Vice-Líderes: Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Vice-Presidente: Ruy Carneiro (MDB — PB)	2º-Suplente: Benjamin Farah (MDB — GB)	Benedito Ferreira (ARENA — GO)
1º-Secretário: Ney Braga (ARENA — PR)	3º-Suplente: Lenoir Vargas (ARENA — SC)	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
2º-Secretário: Clodomir Millet (ARENA — MA)	4º-Suplente: Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Eurico Rezende (ARENA — ES)
3º-Secretário: Guido Mondin (ARENA — RS)		José Lindoso (ARENA — AM)
		Orlando Zancaner (ARENA — SP)
		Ruy Santos (ARENA — BA)
		LIDERANÇA DA MINORIA
		Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB)
		Adaiberto Sena (MDB — AC)

C O M I S S Õ E S

Diretora: Edith Balassini.
Local: Anexo — 11º andar.
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.
Local: 11º andar do Anexo.
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger

Tarsó Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

Flávio Brito
Mattos Leão

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

José Guiomard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313
Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Daniel Krieger
Accioly Filho
Milton Campos
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Emival Caiado
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias

Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Arnon de Melo
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
Emival Caiado

Paulo Tôrres
Luiz Cavalcanti
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.
Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Magalhães Pinto	Domício Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
José Lindoso	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emíval Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattoz Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	

Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcanti

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guiomard

Milton Trindade

Domicílio Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

MDB

Emival Caiado

Adalberto Sena

Danton Jobim

Beatriz Brandão Guerra

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accioly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Caímon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Ceilo Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres

Milton Trindade

Luiz Cavalcanti

Alexandre Costa

Virgílio Távora

Orlando Zancaner

José Guiomard

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heliton Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES**E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcanti

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito****Chefe: J. Ney Passos Dantas****Local: 11º andar do Anexo****Telefone: 43-6677 — Ramal 303****1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional****2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos.****3) Comissões Especiais e de Inquérito****4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).**

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20